

Doença de chagas e previdência social: impactos da doença no sistema previdenciário brasileiro, 2004-2014

Jean E. Limongi¹, Keile A. R. Santos^{1,2}, Luciomar de Melo³, Glaucia G. S. Neme^{1,2}, Ângelo J. G. Bós⁴

¹Programa de Pós-graduação Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Universidade Federal de Uberlândia, Caixa Postal: 593, 38408-100, Uberlândia, MG, Brasil. Email: jeanlimongi@gmail.com.

²Instituto Nacional do Seguro Social, Gerência Executiva de Uberlândia, 38400-154, Uberlândia, MG, Brasi. ³Instituto Nacional do Seguro Social, Superintendência Regional Sudeste II, 30180-001, Belo Horizonte, MG, Brasil. ⁴ Instituto de Geriatria e Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 90619900 - Porto Alegre, RS – Brasil

Nas últimas décadas, várias ações de saúde pública diminuíram sobremaneira a magnitude social e econômica da Doença de Chagas (DC) nas Américas, sobretudo no Brasil. Porém, muitos casos infectados no passado ainda impactam de forma significativa o sistema previdenciário brasileiro. Este estudo propõe-se a analisar o impacto da DC em relação à concessão de benefícios previdenciários e assistenciais no período de 2004-2014. O estudo está sendo realizado com base em dados secundários, obtidos do Sistema Único de Informações de Benefício do Ministério da Previdência Social. Estão sendo analisadas características sociodemográficas, clínicas e epidemiológicas dos beneficiários, bem como o impacto econômico dos benefícios previdenciários e assistenciais relacionados à DC. O programa Epi Info 7. 1. 5 está sendo utilizado para o tratamento e análise dos dados. Aqui são demonstrados os resultados preliminares. Durante o período analisado, 31.716 benefícios foram concedidos, a maioria para indivíduos do sexo masculino (62,3%), idade média de $50 \pm 9,3$, residentes em zona urbana (66,8%) e com comprometimento cardíaco (57,1%). O principal benefício concedido foi o auxílio-doença previdenciário (64,8%), seguido pela aposentadoria por invalidez (28,7%). Grande parte dos indivíduos tem como ramo de atividade o comércio (59,9%). Em média, os indivíduos permaneceram $4,5 \text{ anos} \pm 7,0$ com a doença, antes da incapacidade laboral. Grande parte recebe um salário mínimo como benefício (62,7%), com média de $1,4 \pm 0,85$. O maior número de benefícios foi concedido em 2004 (16,4%) decrescendo gradativamente até 2014 (5,0%). Os registros previdenciários comprovam a diminuição de casos da DC no Brasil. Embora a maioria dos indivíduos doentes resida e trabalhe na zona urbana, pode se inferir que grande parte destes casos advém de infecções adquiridas no passado, em zona rural, em períodos de grande incidência da doença.

Palavra-Chave: Doença de Chagas; Seguridade social; Previdência Social